



MARINHA DO BRASIL
ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO AMBIENTAL

REFERÊNCIA: TR Nº 24/004/2024

Objeto: Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($\text{H}_2\text{SO}_4 + \text{H}_2\text{O}$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidos no referido termo de referência.

1 – PROPÓSITO

Em resposta a solicitação do fiscal de contrato do referido TR do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) sobre os critérios de sustentabilidade com intuito de assessorar quanto a necessidade de inclusão de cláusulas que tratam dos critérios de sustentabilidade ambiental.

2 – PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Os Termos de Referência e Projetos Básicos elaborados no AMRJ são avaliados pela Divisão de Gestão Ambiental a fim de se verificar a necessidade de inclusão de exigências relativas à sustentabilidade ambiental, em conformidade com a Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 que trata do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF-APP), Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU e legislação ambiental vigente.

3 – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Quanto a documentação necessária para execução da atividade:

3.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO CADASTRO TÉCNICO DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS (conforme Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021).

3.1.1 Se fabricante dos produtos ofertados:

Código 15 – 1 → Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos correspondente ao item 1.



MARINHA DO BRASIL

(Continuação do Relatório Ambiental referente ao TR N° 24/004/2024.....)

=====

3.1.2 Se distribuidor ou importador dos produtos ofertados, a futura contratada está isenta de apresentar o CTF e o respectivo Certificado de Regularidade, dado que exercício das atividades não se enquadrarem em nenhuma do Anexo I da Instrução Normativa nº 06/2013, que traz a Tabela de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais do IBAMA.

Caso a futura contratada possua registro no CTF diferente do solicitado neste relatório, ela deverá apresentar o Certificado de Regularidade com nexos relevantes com a descrição do produto ofertado.

Caso futura contratada não tenha obrigação de CTF, ela deverá apresentar sua declaração assinada pelo responsável legal, dizendo que a Lei nº 6.938/81 e a Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, desobrigam a inscrição da atividade constante do seu código CNAE.

Esta Justificativa Técnica levou em consideração os termos do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (GNLS) da Advocacia-Geral da União (AGU).

Rio de Janeiro, RJ. Em 08 de março de 2024.

Beatriz Luna Figueiredo
Guarda-Marinha (RM2-EN)
Divisão de Gestão Ambiental (AMRJ-01.43)

ASSINADO DIGITALMENTE